

PROJETO COMUSAÚDE: ESTRATÉGIAS DE COMUNICAÇÃO AO IDOSO NÃO ALFABETIZADO

PROYECTO COMUSAÚDE: ESTRATEGIAS DE COMUNICACIÓN PARA ANCIANOS INALFABETOS

COMUSAÚDE PROJECT: COMMUNICATION STRATEGIES FOR THE ILLITERATE ELDERLY PEOPLE



Marineiva Moro Campos de OLIVEIRA ¹
e-mail: marineiva.oliveira@unoesc.edu.br



Solange Maria ALVES ²
e-mail: solange.alves@uffs.edu.br

Como referenciar este artigo:

OLIVEIRA, M. M. C.; ALVES, S. M. Projeto ComuSaúde: Estratégias de comunicação ao idoso não alfabetizado. **Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação**, Araraquara, v. 18, n. 00, e023080, 2023. e-ISSN: 1982-5587. DOI: <https://doi.org/10.21723/riaee.v18iesp.1.17524>



| Submetido em: 22/03/2023

| Revisões requeridas em: 15/05/2023

| Aprovado em: 29/07/2023

| Publicado em: 19/09/2023

Editor: Prof. Dr. José Luís Bizelli

Editor Adjunto Executivo: Prof. Dr. José Anderson Santos Cruz

¹ Universidade do Oeste de Santa Catarina (UNOESC), Chapecó – SC – Brasil. Professora do Programa de Pós-graduação- Mestrado em Educação.

² Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS), Chapecó – SC – Brasil. Professora do Programa de Pós-graduação- Mestrado em Educação.

RESUMO: O texto em tela materializa parte de pesquisa que vem sendo realizada no âmbito do grupo de pesquisa e como parte de pré-requisitos para obtenção de título de pós-doutorado em educação. Tem como objetivo analisar as estratégias de comunicação utilizada no campo da saúde com idosos não alfabetizados. A partir da perspectiva histórico-cultural do desenvolvimento humano se tece explicações acerca do projeto ComuSaúde realizado com idosos não alfabetizados moradores de um município do Oeste de Santa Catarina. Por meio de uma pesquisa de abordagem qualitativa, etnográfica, com observações e registros nos momentos de orientações acerca de medicações aos idosos. Como resultados, esta pesquisa destaca o projeto ComuSaúde como uma via de resgate da dignidade humana aos sujeitos frutos da exclusão do direito a apropriação da linguagem escrita.

PALAVRAS-CHAVE: Alfabetização. Saúde. Idosos não alfabetizados.

RESUMEN: El texto en pantalla materializa parte de la investigación que se ha llevado a cabo dentro del grupo de investigación y como parte de los requisitos previos para la obtención del título de postdoctorado en educación. El objetivo de este estudio es analizar las estrategias de comunicación utilizadas en el campo de la salud con los ancianos sin éxito. Desde la perspectiva histórico-cultural del desarrollo humano, hay explicaciones sobre el proyecto ComuSaúde realizado con ancianos analfabetos residentes en un municipio del oeste de Santa Catarina. A través de una investigación cualitativa, etnográfica, con observaciones y registros en los momentos de orientación sobre medicamentos a los ancianos. Como resultados, esta investigación destaca el proyecto ComuSaúde como una forma de rescatar la dignidad humana a los sujetos resultantes de la exclusión del derecho a la apropiación del lenguaje escrito.

PALABRAS CLAVE: Alfabetización. Salud. Adultos mayores analfabetos.

ABSTRACT: The current text materializes part of the research that has been carried out within the research group and as part of the prerequisites for obtaining the postdoctoral degree in education. The aim of this study is to analyze the communication strategies used in the field of health with unsuccessful elderly. From the historical-cultural perspective of human development, there are explanations about the ComuSaúde project carried out with illiterate elderly residents in a municipality in the West of Santa Catarina. Through a qualitative, ethnographic research, with observations and records in the moments of orientation on medicines to the elderly. As results, this research highlights the ComuSaúde project as a way to rescue human dignity to the subjects resulting from the exclusion of the right to appropriation of written language.

KEYWORDS: Literacy. Health. Illiterate seniors.

Introdução

O termo alfabetização se manifesta intensamente no campo educacional a partir da Proclamação da República em 1889, quando o processo da leitura e da escrita ganha visibilidade e passa a compor uma etapa de escolarização no Brasil. Processo destinado ao ensino da leitura e da escrita, a alfabetização é complexa e envolve ações especificamente humanas. Essas ações impõem a necessidade de inclusão dos não alfabetizados no mundo da cultura escrita, exigindo, assim, a formulação de meios e modos que potencializem o acesso da leitura e da escrita a todos.

No Brasil, com a Proclamação da República, a alfabetização foi institucionalizada, ou seja, ganhou um espaço específico e lugar no debate sobre a ascensão social da nova nação republicana, pois saber ler e escrever era condição mínima exigida para o cidadão nos padrões republicanos. Em específico, foi a partir da primeira década republicana, com as reformas da instrução pública, que as práticas sociais de leitura e de escrita se tornaram práticas escolarizadas condicionadas à organização sistematizada que possibilitariam a formação do cidadão para o desenvolvimento político e social do país, pois dentre os propósitos dos republicanos, a ascensão social e econômica também recaiu sobre os braços da alfabetização que assumia a responsabilidade pela nova sociedade letrada.

Diante dessa responsabilidade e de outras que a escola passou a assumir nesses aproximadamente 130 anos, diversas mudanças ocorreram na história da alfabetização, especialmente no ano de 1930, com o processo de unificação das “iniciativas políticas em todas as esferas da vida social, a educação e, em particular, a alfabetização passaram a integrar políticas e ações dos governos estaduais como áreas estratégicas para a promoção e sustentação do desejado desenvolvimento nacional” (MORTATTI, 2006, p. 330).

Desse momento até hoje, a educação é controlada e mensurada por resultados de avaliações que apresentam os índices de aprendizagem da leitura e da escrita, mecanismos para apresentar a (in)eficiência da escola pública. Na alfabetização, esses índices, resultantes da história da alfabetização marcada pelas disputas, ora por métodos de ensino, ora por teorias de aprendizagem, culminaram no desenvolvimento de programas de alfabetização cujo foco é a formação do alfabetizador com vistas ao aumento nos resultados das avaliações.

Neste contexto histórico, Graff (1994) sinalizou que a história deixou a cargo da escolarização do ensino da leitura e da escrita dois domínios: primeiro o domínio ontológico, que se refere à busca da essência do ato de alfabetizar e do que constitui esse ato; o segundo, o domínio axiológico, pautado nos valores e concepções da alfabetização.

Sob análise desses dois domínios, Graff (1994) apontou que o progresso econômico desejado que se vinculou ao processo de alfabetização é um mito, pois pensar que a alfabetização é a salvação dos problemas sociais é um mito necessário para assegurar a hegemonia do sistema político vigente em cada época. O mito, segundo o autor, é decorrente da valorização que cristaliza a concepção econômica e de ascensão social de quem está na condição de alfabetizado em detrimento às condições de conseguir ensinar e aprender a ler e a escrever a todos e todas.

Ainda, para o autor, a alfabetização é tomada como aparelho hegemônico para controlar a classe desfavorecida economicamente que passa a ser manipulada, mesmo que de forma oculta, pelas vias de novas políticas no campo da educação (GRAFF, 1994), exemplo da Política Nacional da Alfabetização (PNA). Com base nas escritas de Gramsci (2002), conceituamos hegemonia como a criação de um bloco ideológico que permite à classe dirigente manter o monopólio intelectual para fortalecer sua dominância. Esse movimento de controle põe na esteira do ensino os promotores da escolarização, ou seja, nossos alfabetizadores e alfabetizadoras, que se tornam trabalhadores mais morais, ordeiros, disciplinados, obedientes e conformados, valores esperados pela hegemonia da economia moral da alfabetização (GRAFF, 1994; MORTATTI, 2006).

Para Mortatti (2006), a via para superação dessa dominância é fortalecermos a concepção de que a alfabetização é um processo que possibilita a autonomia que é o movimento de apreender os conhecimentos historicamente elaborados rumo à emancipação, que é a condição de uso consciente desses saberes em diferentes contextos sociais.

Assim como a autora, defendemos que a alfabetização deva ser posta em debate como o processo resultante da elaboração histórica e cultural de signos que são compartilhados socialmente e que impulsionam um salto qualitativo no psiquismo humano. Como um campo do saber ler e escrever que são ações tipicamente humanas que possibilitam ao sujeito adentrar no território complexo do mundo simbólico elaborado pelo próprio ser. É descobrir a magia da linguagem e por ela se comunicar, aprender e se conscientizar.

Porém, essa compreensão não é atividade fácil aos sujeitos do processo de alfabetização, é uma prática que precisa se desvencilhar das amarras que, ao longo da história, considerou como prioridade, índices avaliativos em detrimento das condições sociais, econômicas e políticas de quem alfabetiza e de quem precisa ser alfabetizado. Uma história que apaga a importância da humanização para além da economia proporcionada pela aprendizagem da leitura e da escrita.

Dessa forma, identificar como os sujeitos, frutos de um processo excludente que os retirou o direito de aprender a ler e a escrever sobrevivem nas comunidades letradas, é a temática posta em debate neste trabalho. A partir de uma pesquisa de abordagem qualitativa, etnográfica com idosos não alfabetizados, enfermeira e agentes de saúde de um bairro de uma cidade do Oeste de Santa Catarina, objetivamos analisar as estratégias de comunicação utilizadas no campo da saúde com idosos não alfabetizados.

Para atender ao objetivo proposto, este trabalho está organizado em quatro seções: na primeira, contextualizamos o processo histórico da alfabetização brasileira, especialmente a institucionalização da alfabetização no país. Na segunda seção, apresentamos a metodologia. Na terceira seção, explicitamos sobre a linguagem, a realidade brasileira e os idosos não alfabetizados. Na quarta, destacamos a análise acerca do projeto ComuSaúde, seguida das escritas finais.

Institucionalização da alfabetização

Como um dos principais processos de ascensão social, aprender a ler e a escrever se tornaram condições mínimas aos sujeitos de direito no período republicano inicial. As exigências para o desempenho em leitura e escrita começou a se intensificar nas primeiras décadas de 1900 quando ocorreu a passagem da sociedade agrária para a industrial, pois para o novo momento, novas formas de trabalho se instauravam no país.

Na continuidade dessa história, na Era Vargas, o acesso à educação se expandiu, porém a dualidade na educação também se intensificou, uma ensinava os futuros governantes e a outra ensinava a classe trabalhadora a escrever, ler e calcular, essa segunda com a objetividade de formar a mão de obra que seria controlada pelos que aprendiam a governar, isso porque, ensinar as classes desfavorecidas economicamente foi decorrente da “[...] necessidade de treiná-los para uma nova disciplina de trabalho [...]” (GRAFF, 1994, p. 86).

Com essa dualidade, o país chegou em 1920 com 71,2% das pessoas que ainda não sabiam ler e escrever. Diante desse dado, o movimento do Manifesto dos Pioneiros para uma Educação Nova (1932) se apresenta no país, tendo como líderes Lourenço Filho, Fernando de Azevedo e Anísio Teixeira (BECALLI, 2007). Esse movimento colou à baila a crítica ao método tradicional de ensino e proclamou pelo protagonismo do estudante, além de intensificar o discurso crítico acerca da dualidade da escola, apontando essa dualidade como a principal causa do fracasso na alfabetização.

Após esse manifesto, o Brasil viveu outros momentos de mudanças, infelizmente muitas delas colocavam a educação como espaço de (de)formação de mão de obra para o mercado de trabalho, cujo esvaziamento científico era latente e distanciava a educação da possibilidade de garantir a todos o enriquecimento da formação humana capaz de emancipar os cidadãos (FRIGOTTO, 2011).

No campo da alfabetização, essas mudanças, especialmente a partir do ano de 2000, em nível nacional, focalizaram a formação de quem alfabetiza, emergindo assim programas de formação de professores alfabetizadores, como exemplos o Programa de Formação Continuada de Professores Alfabetizadores (Profa - 2000), o Programa de Formação Continuada de Professores das Séries Iniciais do Ensino Fundamental (Pró-letramento - 2005) e o Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa (PNAIC- 2012) que foi encerrado quando se iniciou o movimento constitutivo da Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Movimento que trouxe à tona a Política Nacional de Alfabetização (PNA-2019) (BRASIL, 2012b; 2019).

A PNA é o documento vigente que orienta os novos programas de formação do alfabetizador e as práticas alfabetizadoras, instituída pelo Decreto nº 9.765, de 11 de abril de 2019, é apresentada pelo governo brasileiro como um marco na educação, especialmente por auxiliar no “progresso científico, econômico e social de um povo” (BRASIL, 2019, p. 5).

Essa contextualização demarca o campo da escolarização brasileira para o ensino da leitura e da escrita, especialmente de crianças, porém, ler e escrever é direito de todos indiferente da idade ou condição social. Por isso, refletir acerca do processo de alfabetização dos sujeitos não alfabetizados demarca a condição de refletir as (im)possibilidades de emancipação e autonomia desses sujeitos frutos desse processo histórico que valorizou a qualificação simplista da mão de obra barata em detrimento da tomada de consciência pela apropriação da linguagem humana que potencializaria o desenvolvimento humano e que desmantelaria o processo opressor e esvaziado impregnado no ensino da leitura e da escrita no Brasil.

Metodologia

A linguagem é elemento central da alfabetização e, neste trabalho, analisamos a linguagem pela via da perspectiva histórico-cultural de Vigotski e da teoria dialógica de Bakhtin. O método apropriado para conduzir a análise sobre nosso objeto de pesquisa, nas suas relações e determinações, é o materialismo histórico-dialético que, nesta pesquisa, permite estabelecermos reflexões sobre a realidade de idosos não alfabetizados no contexto da saúde sobre as práticas sociais de linguagem nas orientações quanto a medicamentos e, principalmente, sobre o papel da alfabetização na humanização de todos.

A partir da definição do método, esta investigação caminha pela via da pesquisa de abordagem qualitativa, etnográfica, via que permite aproximação com a realidade e inserção no ambiente pesquisado por meio de observação e análise das interações, esses que são os instrumentos para coletas de dados nesta pesquisa. Essa via metodológica se materializa no acompanhamento dos encontros realizados pelas quatro agentes de saúde, com dez idosos de um bairro localizado em um município do Oeste de Santa Catarina. Neste bairro, as agentes de saúde se reúnem quinzenalmente com os idosos para verificar o uso correto de medicações, explicando horários, quantidade e qual medicação deve ser usada. Esses idosos não são alfabetizados, por isso nossa imersão, para identificar as práticas de linguagem utilizadas neste espaço como forma de superar o fracasso deixado pela educação.

O bairro escolhido decorre do levantamento realizado junto à Secretaria Municipal de Saúde (SMS) que objetivou identificar qual bairro do município possuía o maior percentual de pessoas idosas não alfabetizadas. Participam, deste projeto, o total de dez idosos. Para apresentarmos os resultados da pesquisa, usaremos o S para identificar o bairro, AS para as agentes de saúde, ES para a enfermeira supervisora e a letra inicial de cada nome para identificar os idosos, aos que possuem a mesma letra inicial acrescentaremos em um deles a letra inicial do sobrenome.

Por meio dos oito momentos de observações, que ocorreram de forma quinzenal com a duração aproximadamente de duas horas cada uma, nos meses de setembro e outubro de 2022, e somadas a análise das interações identificadas nesses encontros, procuramos analisar como vêm sendo desenvolvidas as práticas de linguagem nas orientações acerca dos medicamentos aos idosos não alfabetizados, apresentando os espaços e tempos destinados para esses momentos. Esses encontros foram gravados e posteriormente transcritos. Além disso, utilizamos o diário de campo para registros de situações não verbalizadas, mas observadas pelas pesquisadoras.

A linguagem, a realidade e os idosos não alfabetizados

No início desta pesquisa, contextualizamos a institucionalização e os determinantes econômicos da alfabetização que, ao longo da história, foi vista como a salvação da nação iletrada, principalmente a salvação da economia. E, atualmente, destacamos a PNA fruto desse processo e agente de manutenção dessa lógica (MORTATTI, 2019).

Manutenção quando, dentre outros elementos, põe em evidência em sua linha do tempo o documento “Aprendizagem Infantil: uma abordagem da neurociência, economia e psicologia cognitiva, publicado pela Academia Brasileira de Ciências” (BRASIL, 2019, p. 15). Ainda, na fala de Roger Beard, um dos especialistas que auxiliam na escrita do caderno da PNA, este afirma: “Por isso uma alfabetização de má qualidade pode não apenas prejudicar os indivíduos, mas também afetar toda a economia nacional.” (BRASIL, 2019, p. 16). Ou, ainda, no artigo 4º ao tratar dos objetivos da política de alfabetização, destaca-se “III. assegurar o direito à alfabetização a fim de promover a cidadania e contribuir para o desenvolvimento social e econômico do País” (BRASIL, 2019, p. 50).

Esses fragmentos e outros que perpassam a valorização da economia na PNA evidenciam que a preocupação com a ascensão econômica ainda está cristalizada nos processos de ensino da leitura e da escrita, que a preocupação em formar mão de obra é iminente e a despreocupação com os muitos brasileiros não alfabetizados não é debate de primeiro plano.

Não negamos que a ascensão econômica seja importante e que a alfabetização contribua para isso, porém, a alfabetização deve ser compreendida para além desses ditames capitalistas. A alfabetização é o campo da linguagem que humaniza, que transforma e emancipa. É um direito de todos indiferente da idade e condição social.

Para Vigotski (2007), é pela linguagem que o indivíduo se humaniza e se torna um ser social. A linguagem é o campo da comunicação humana formado por um conjunto de sistemas de signos e de instrumentos compartilhados socialmente e elaborados culturalmente por meio da mediação simbólica que possibilita, além da comunicação a organização social e a tomada de consciência do sujeito. Por isso, a linguagem é para além da economia, ela é indispensável no processo de humanização de homens e mulheres.

Ao adentrar no campo da linguagem da leitura e da escrita, diferentemente da linguagem oral, pois essa reside na complexificação da linguagem em sua aliança com o pensamento, ela atua com sistemas visuais de orientação gráfica que são objetivações da humanidade e se apresentam como uma nova e desafiadora tarefa orientada a partir de fundamentos psicológicos,

linguísticos e pedagógicos, sistematizados na prática de ensino escolarizada (DANGIÓ, MARTINS, 2017).

Essa prática de ensino, de acordo com Luria (2012, p. 143) deve considerar que a criança, ao entrar na escola “já adquiriu um patrimônio de habilidades e destrezas que a habilitará a aprender a escrever em um tempo relativamente curto”. Contudo, o ensino da leitura e da escrita ocorre num território desafiador que muitas vezes é condicionado por orientações que retiram do professor a autonomia do ato educativo.

Como ato educativo da linguagem, compreendemos a ação do ensino objetivado à apropriação da escrita em relação à cultura humana, em relação às objetivações produzidas historicamente com a objetividade de produzir a humanização dos indivíduos. Como afirmou Saviani (1991, p. 21), “o trabalho educativo é o ato de produzir, direta e intencionalmente, em cada indivíduo singular, a humanidade que é produzida histórica e coletivamente pelo conjunto dos homens”.

No campo da linguagem, a apropriação das formas de escrita e leitura é essencialmente e tipicamente humana e, portanto, deve ser possibilitada a todos como condição de humanização. Contudo, ao longo da história da educação, o que não é exclusividade da alfabetização, a escola, lugar do ensino sistematizado e da produção da humanização, foi, e continua sendo, mas agora de forma camuflada pelo discurso de termos no Brasil uma Base Nacional Comum Curricular (BNCC), dualista, mas um “dualismo perverso da escola pública brasileira: escola do conhecimento para os ricos, escola do acolhimento social para os pobres” (LIBÂNEO, 2012, p. 1).

Esse acolhimento social é a via da manutenção das desigualdades sociais, do estado mínimo e perverso. Com esta pesquisa, vivenciamos uma história com sujeitos, de outros tempos, frutos dos debates iniciais da preocupação com a quantificação da alfabetização em detrimento da qualificação, acesso e permanência de todos. Os sujeitos desta pesquisa fazem parte da estatística que evidencia o alto índice de pessoas não alfabetizadas no Brasil.

O Resultado da pesquisa intitulada “Todos Pela Educação” realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2010), aponta que cerca de 40,8% do total dos brasileirinhos e das brasileirinhas de até 8 anos de idade não estão alfabetizados. Ainda, a mesma pesquisa destaca que projetos sociais tentam mudar esse cenário, dando para as crianças mais pobres a oportunidade de ler. Dentre os projetos, é destacado na pesquisa o nomeado como “Nunca desista dos seus sonhos” que organiza uma biblioteca infantil dentro de creches e

escolas carentes. Um exemplo da manutenção da escola do acolhimento social para os pobres, como disse Libâneo (2012).

Quando analisamos os dados do IBGE (2010) sobre a população idosa, são aproximadamente 6 milhões de brasileiros com 60 anos ou mais que não sabem ler e nem escrever. Desses, 56,6% moram sozinhos. Esses dados apontam a fragilidade da educação no país, pois saber ler e escrever são condições mínimas de dignidade humana. Contudo, como as limitações de nossa educação não são de hoje, sabemos dos desafios acerca da herança do fracasso deixado pelo ensino da leitura e da escrita.

Herança do fracasso que retira, principalmente da população idosa a autonomia, pois, se compreendemos que ler e escrever é condição mínima para autonomia nas sociedades letradas, como vivem esses idosos não alfabetizados? Como se relacionam com as práticas de leitura e escrita? Ainda, o índice de uso de medicamentos nessa fase da vida é elevado, como esses se organizam com as orientações de horário, dosagem e a tipologia medicamentosa que são orientadas por meio da escrita?

Nesse contexto da população idosa não alfabetizada, temos, no Brasil, o Plano Nacional de Educação (PNE) cuja meta 9 trata da erradicação do analfabetismo, porém, essa meta ainda não foi atingida e a vigência do documento se encerra em 2024. Dessa forma, ficamos esperançosos, no sentido do esperar proposto por Paulo Freire (2014), que é o ato de fazer e acreditar que acontecerá. Por isso, essa pesquisa é um ato de esperar, pois explicitamos a necessidade de pensarmos em programas educacionais para os milhares de brasileiros que ainda não sabem ler e nem escrever e que não estão em idade de alfabetização institucionalizada de acordo com os documentos vigentes, a exemplo, a PNA.

Não podemos negar que algumas tentativas de alfabetização da população idosa foram organizadas, dentre elas, os projetos sociais de acolhimento aos idosos e a possibilidade de matrícula nos espaços de Educação de Jovens e Adultos, medidas paliativas, mas importantes que acabam por assumir a responsabilidade de contribuir com a escolarização dos idosos, especialmente aqueles não alfabetizados. Neste trabalho, trouxemos para o debate o projeto ComuSaúde da pessoa idosa (CS) realizado em um município do Oeste de Santa Catarina pelas unidades de saúde com idosos não alfabetizados.

ComuSaúde da Pessoa Idosa

O projeto ComuSaúde da pessoa idosa (CS) objetiva estabelecer meios de comunicação com idosos não alfabetizados, principalmente acerca das orientações de uso de medicamentos. O projeto é desenvolvido em um município do Oeste de Santa Catarina em todos os bairros “*devido aos vários casos de idosos usarem medicações de forma incorreta, em horários e quantidades erradas*” (ES, 2022).

No bairro S, os encontros acontecem quinzenalmente com a duração de aproximadamente duas horas cada um. Esses encontros são conduzidos pelas Agentes de Saúde da Unidade sob a supervisão de uma enfermeira. O objetivo desses encontros é “*orientar e explicar aos idosos o uso dos medicamentos, até mesmo acompanhar para verificar se estão usando de forma correta, pois não sabem ler, nem escrever e moram sozinhos*” (ES, 2022).

Sobre a organização dos encontros, os sujeitos foram orientados a sentar em formato de roda de conversa (RC), característica que marca a intencionalidade de diálogo e que coloca os sujeitos no plano horizontal do discurso, ou seja, todos os enunciados importam na roda. A RC implica um exercício de escuta e de fala em que se agregam vários interlocutores, construída por meio da interação com o outro. Essa interação ocorre pelo processo do dialogismo que são “*as relações de sentido que se estabelecem entre dois enunciados*” (BAKHTIN, 1997, p. 346) num território que promove a circulação de significações – das agentes de saúde (AS) e dos idosos – num movimento capaz de atuar na linguagem simbólica, pelas práticas culturais de comunicação que podem emergir das e nas interações historicamente situadas.

Ao iniciar as RC, as AS sempre iniciavam pedindo para que os idosos contassem sobre algo que aconteceu no decorrer dos dias em que não se encontraram, nesse momento os enunciados compartilhavam as angústias, as alegrias e os momentos difíceis que haviam vivenciados. “*Foi difícil, passei mal na segunda-feira e tomei o remédio da caixinha verde, depois dormi. Acordei com a vizinha chamando – vô, vô*”, (Idoso A). Outro, “*foi legal, saiu o financiamento e comprei com liquidificador, agora dá pra fazer as vitaminas batidinhas*” (Idoso H).

Na sequência, as AS verificavam com cada idoso os remédios, pois, além dos encontros para as RD, também eram entregues as medicações. Neste segundo momento, observamos que elas entregavam aos idosos caixas dos remédios com cores diferentes. “*Olha, este da cor amarela é apara tomar de meio dia, momento em que o sol está forte*” (AS1, 2022). As cores eram utilizadas nas caixinhas de remédios sempre articulando as cores com elementos como, o

sol ao meio-dia, o preto, à noite e o azul pela manhã. A quantidade era registrada na caixa com riscos.

Nós criamos essas estratégias das cores, mas por exemplo, quando eles tomam mais que um ao meio-dia, ou em outro horário, tentamos encapar as caixas com a mesma cor, mas com tons diferentes e orientamos a prestar atenção. Infelizmente esses idosos moram sozinhos e precisam ter autonomia, muitos deles já tomaram medicações erradas, um até internou, pois tomava três de noite e tomou três do mesmo, aí é que pensamos em tons diferentes da mesma cor. São estratégias, mas se eles soubessem ler e escrever seria tudo diferente, eles não sofreriam tanto na dependência de cor (AS 2, 2022).

Essas profissionais da saúde acabam por encontrar estratégias de linguagem para orientar aos idosos que não sabem ler e, ao realizarem essas ações, atuam no campo da mediação simbólica.

Como exemplos de ferramentas psicológicas e de seus sistemas complexos podem servir: o idioma; as distintas formas de numeração e de cálculo; os recursos mnemotécnicos; a simbologia algébrica; as obras de arte; a escrita; os esquemas; os diagramas; os mapas; os desenhos; todas as formas possíveis de signos convencionais, etc. (VIGOTSKI, 1987, p. 182).

Nas pesquisas, Vigotski (1987) identificou a significação e mediação por signo e instrumento. A mediação por signo constitui uma atividade interna dirigida para o controle do próprio sujeito, e a com instrumento é orientada externamente, para o controle da natureza, mas ambos acarretam mudanças no funcionamento cognitivo. Nesta pesquisa, os sujeitos interagem mediados por significações simbólicas e “são ferramentas que auxiliam nos processos psicológicos e não nas ações concretas” (VIGOTSKI, 2007, p. 30).

As cores nas caixas de remédios se tornaram um signo psicológico que foi dirigido para o controle do próprio sujeito - idoso, auxiliando-o na solução de problemas como: lembrar, representar, comparar, relatar, planejar, entre outras ações internas que foram possibilitadas e potencializadas pelas elaborações das ações realizadas pelas AS dirigida à consciência do idoso.

A verdadeira essência da memória humana está no fato de os seres humanos serem capazes de lembrar ativamente com a ajuda de signos. Poder-se-ia dizer que a característica básica do comportamento humano em geral é que os próprios homens influenciam sua relação com o ambiente e, através desse ambiente, pessoalmente modificam seu comportamento, colocando-o sob seu controle (VIGOTSKI, 1987, p. 58).

Assim, foi possível observar que os idosos, a partir da mediação simbólica realizada pelas cores nas caixas de remédios, possibilitavam as funções psicológicas superiores, embora não soubessem ler e nem escrever, mas reconheciam outros signos que possibilitam o

desenvolvimento das capacidades cognitivas de internalizar os signos compartilhados e transformá-los em elementos mediadores (GALUCH; SFORNI, 2009).

Comprendemos e defendemos a leitura e a escrita como chaves para o acesso ao saber sistematizado, pois a apropriação desse saber é condição para o desenvolvimento humano, mas sabemos que nem todos tiveram e têm acesso a esses saberes e estratégias como as desenvolvidas pelo projeto analisado. Este possibilita evidenciar as fragilidades de nossa educação e a necessidade de resgatar a dignidade das pessoas não alfabetizadas e lhes possibilitar adentrar no território letrado, dominando a linguagem escrita, como sistema simbólico presente na cultura em que estão inseridos.

Contudo, vale destacar que observamos que em algumas caixas de remédios haviam algumas letras, sobre isso, a AS3 esclarece “*estamos com esse projeto em funcionamento tem cinco meses, é recente, pensamos em fazer por fase, primeiro as cores, depois, como alguns já lembram, escrevemos a letra M de manhã, T de tarde e N de noite*”. As AS compreendem a importância do conhecimento da linguagem escrita, pois esse possibilita romper com a condição que lhes priva da linguagem escrita elaborada e utilizada pelo conjunto dos seres humanos.

Nesse contexto, o projeto nos fornece elementos de reflexão acerca da importante luta que devemos travar em prol do acesso de todos à alfabetização, da garantia de que todos saibam ler e escrever. O projeto nos conduz a pensar acerca da formação humana, essa que deve ser considerada como a via para o desenvolvimento das capacidades cognitivas, que garante a internalização de conhecimentos que se transformam em elementos mediadores, com os quais o sujeito pode estabelecer com os objetos, fatos e fenômenos uma relação que dispensa o contato com o mundo perceptível (GALUCH; SFORNI, 2009).

Por fim, destacamos que mesmo desprovidos dessa formação humana no campo da linguagem escrita, as ações objetivadas das AS possibilitaram aos idosos agirem de acordo com os instrumentos simbólicos de que dispõem para organizar mentalmente a sua atividade de vida destacando, assim, a importância da linguagem no processo de socialização humana, além de evidenciar a importância do resgate da dignidade desses idosos que foram desprovidos do direito de ler e de escrever.

Escritas finais

Refletir sobre as objetivações do processo de alfabetização é sempre uma tarefa complexa, pois é nesse movimento reflexivo que as fragilidades emergem. Nesta pesquisa, que objetivou analisar as estratégias de comunicação utilizada no campo da saúde com idosos não alfabetizados, foi possível evidenciar que ao longo da história esses sujeitos não foram colocados à baila das preocupações dos documentos e programas nacionais acerca da alfabetização.

Ademais, a história da alfabetização deixa marcas atenuadas que sulcam a exclusão camuflada pela ascensão social. Uma nação com sujeitos desprovidos do direito de saber ler e escrever é uma nação excludente, seletiva e limitadora do desenvolvimento humano. Ainda, sabemos que, com o passar dos anos, os sujeitos acabam por realizar o uso de medicações de forma mais recorrente e a saber qual medicação, a quantidade e o horário são condições mínimas para o bem-estar, porém, aos idosos não alfabetizados esse momento de vida se torna o momento de dependência, que suprime desses sujeitos sua autonomia.

Por isso, dialogar acerca do processo de alfabetização de forma intersetorial é necessário, especificamente em contextos partilhados por sujeitos não alfabetizados, pois possibilita destacar a necessidade de pesquisas comprometidas com as dimensões individuais e coletivas dos sujeitos que se interrelacionam no território das linguagens oral e escrita.

A partir dessa pesquisa, destacamos a necessidade de abrir espaço para programas educacionais de alfabetização que se articulem ao campo da saúde e que possam contribuir com o enfrentamento de problemáticas relacionadas à aprendizagem da leitura e da escrita, excluindo às desigualdades por meio de condições de participação e inserção nas diferentes esferas sociais da linguagem.

REFERÊNCIAS

- BAKHTIN, M. **Problemas da poética de Dostoievski**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1997.
- BECALLI, F. Z. **O ensino da leitura no programa de formação de professores alfabetizadores (PROFA)**. 2007. 251 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2007.
- BRASIL. **Pactonacional pela alfabetização na idade certa**. Brasília, DF: MEC, 2012b. Disponível em: <http://pacto.mec.gov.br/2012-09-19-19-09-11>. Acesso em: 13 fev. 2023
- BRASIL. **PNA Política Nacional de Alfabetização**. Brasília, DF: MEC, SEALF, 2019. 54 p. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/images/banners/caderno_pna_final.pdf. Acesso em: 12 out. 2022.
- DANGIÓ, M. C.; MARTINS, L. M. Contribuições do ensino na educação infantil para o processo de alfabetização. **Revista Brasileira de Alfabetização**, n. 5, 2017.
- FRIGOTTO, G. Os circuitos da história e o balanço da educação o Brasil na primeira década do século XXI. **Revista Brasileira da Educação**. v. 16, n. 46, 2011, p. 235-274.
- FREIRE, P. **Pedagogia da esperança: um reencontro com a pedagogia do oprimido**. São Paulo: Editora Paz e Terra, 2014.
- GALUCH, M. T. B.; SFORNI, M. S. F. Aprendizagem conceitual e apropriação da linguagem escrita. **Estudos em Avaliação Educacional**, São Paulo, v. 20, n. 42, p. 111-124, jan./abr. 2009.
- GRAFF, H. J. **Os labirintos da alfabetização: reflexões sobre o passado e o presente da alfabetização**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1994.
- GRAMSCI, A. **Cadernos do cárcere**. Tradução: Carlos Nelson Coutinho, Luiz Sergio Henrique e Marco Aurélio Nogueira. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, v. 5, 2002.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (BRASIL). **Síntese de indicadores sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira**. Rio de Janeiro: IBGE, 2010. Disponível em: <http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101459.pdf>. Acesso em: 26 jun. 2011.
- LIBÂNEO, J. C. O dualismo perverso da escola pública brasileira: escola do conhecimento para os ricos, escola do acolhimento social para os pobres. **Educação e pesquisa**, v. 38, p. 13-28, 2012.
- LURIA, A. R. O desenvolvimento da escrita na criança. In: VIGOTSKII, L. S.; LURIA, A. R.; LEONTIEV, A. N. **Linguagem, desenvolvimento e aprendizagem**. Tradução: Maria de Penha Villalobos. 12. ed. São Paulo: Ícone: Editora da Universidade de São Paulo, 2012, p. 59-83.

MORTATTI, M. R. L. A “Política Nacional de Alfabetização”(Brasil, 2019): uma “guinada”(ideo) metodológica para trás e pela direita. **Revista Brasileira de Alfabetização**, v. 1, n. 10, 2019.

MORTATTI, M. R. L. **História dos métodos de alfabetização no Brasil**. Brasília: Conferência proferida durante o Seminário "Alfabetização e letramento em debate", promovido pelo Departamento de Políticas de Educação Infantil e Ensino Fundamental da Secretaria de Educação Básica do Ministério da Educação, 2006.

SAVIANI, D. **Pedagogia Histórico-Crítica**: primeiras aproximações. 2. ed. São Paulo: Cortez e Autores Associados, 1991.

VIGOTSKI, L. S. **A formação social da mente**: o desenvolvimento dos processos psicológicos superiores. Tradução: José Cipolla Neto, Luís Silveira Menna Barreto e Solange Castro Afeche. 7. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

VIGOTSKI, L. S. **Historia del desarrollo de las funciones psíquicas superiores**. Habana: Editorial Científico-Técnica, 1987.

CRedit Author Statement

Reconhecimentos: Gostaríamos de agradecer a Universidade Federal da Fronteira Sul, especialmente à professora Solange Maria Alves pelo acolhimento e à Universidade do Oeste de Santa Catarina pela Liberação da professora Marineiva Moro de Oliveira para cursar seu Pós-doutorado.

Financiamento: Não há fomento de instituição.

Conflitos de interesse: Não há conflitos de interesse.

Aprovação ética: O trabalho respeitou eticamente todos os envolvidos e as instituições envolvidas.

Disponibilidade de dados e material: Os dados e materiais não serão disponibilizados por questões éticas.

Contribuições dos autores: Ambas as autoras realizaram as observações, a descrição e a análise dos dados.

Processamento e editoração: Editora Ibero-Americana de Educação.
Revisão, formatação, normalização e tradução.

